

AS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA*

*Bernardo Lanza Queiroz¹
Cristiana Viegas de Andrade¹
Juliana de Lucena Ruas Riani¹
Carolina Perpetuo Corrêa¹*

1 INTRODUÇÃO

Alguns dos primeiros pensadores² da família brasileira apresentavam uma visão bastante generalista onde a família patriarcal era posta como o único arranjo familiar existente. A partir da década de 70 uma série de historiadores³ passou a se interessar pelo tema, questionando os mitos a muito assimilados tanto pelo meio acadêmico quanto pela sociedade em geral. Novas fontes foram buscadas e associadas as já tradicionalmente utilizadas. Documentos cartoriais, processos criminais, registros paroquiais, autos de devassas e listas nominativas somaram-se aos já conhecidos relatos de viajantes e à documentação oficial, contribuindo para que, aos poucos, fosse sendo desenhado um novo panorama das relações conjugais e familiares no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Compreendia-se, gradativamente, que a complexa rede de relacionamentos privados não podia ser simplesmente reduzida ao modelo da família patriarcal extensa. Ao contrário, a sociedade era composta por arranjos familiares diversos. Percebeu-se também que, se o Brasil não era um todo homogêneo, mas sim o amálgama de vários Brasis nos planos econômico e político, tal fato também deveria ser válido quando o assunto era história da família e do casamento. Neste contexto, o estudo da família mineira oitocentista vem a contribuir para a compreensão desta heterogeneidade brasileira.

* Agradecemos a Professora Clotilde Andrade Paiva pelos seus comentários e críticas. Entretanto, qualquer problema ou erro remanescente é de responsabilidade exclusiva dos autores.

1 Alunos do Programa de Mestrado em Demografia do CEDEPLAR/UFMG.

2 Antônio Cândido, Gilberto Freyre, entre outros.

3 Por exemplo: Samara, Paiva, Figueiredo entre outros.

As Minas Gerais do século XIX se inserem neste debate devido às suas características peculiares. Segundo Luciano Figueiredo,

“todos os estudiosos do tema parecem concordar no sentido de que esta região constitui-se numa sociedade sui generis com uma população predominantemente distribuída por centros urbanos e onde o desenvolvimento das atividades primárias (mineração) chamava a si uma série de funções terciárias.” (Figueiredo, 1993, p. 27)

Estas atividades econômicas paralelas à mineração possibilitam o surgimento de uma camada social intermediária mais alargada entre os pólos senhor escravo (a própria mineração permite o desenvolvimento de relações escravistas diversas daquelas encontradas nos grandes latifúndios açucareiros, como o esquema dos jornais, por exemplo) o que, por sua vez, teve por consequência o desenvolvimento de um outro tipo de mentalidade e o estabelecimento de toda uma complexa trama de relações sociais e familiares. A sociedade mineira, portanto, “não teria sido tão patriarcal quanto as outras regiões coloniais”. (Figueiredo, 1993, p. 26)

As minas rebeldes, indisciplinadas dos motins e rebeliões populares, do clero corrupto, dos batuques e vadiagens, da miséria e desclassificação que sempre rondaram a opulência do ouro e diamantes (Anastasia, 1998), da desobediência das próprias autoridades burocráticas administrativas (Furtado, 1993), fora também a terra das numerosas prostitutas, dos concubinatos, da família escrava e da solteirice dos homens brancos. São as necessidades da vida colocando em xeque todo um sistema normativo, desafiando-o, questionando-o, adaptando-o e insistindo em crescer clandestina ou ruidosamente às suas margens (Anastasia, 1998).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é estudar as mulheres chefes de domicílio na província de Minas Gerais em 1831/32 a partir dos dados coletados das listas nominativas disponíveis no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDE-PLAR/UFMG). Tentar-se-á traçar o perfil das mulheres chefes de acordo com algumas características, tais como, raça, condição, estado civil, número de escravos, tanto na província de Minas Gerais, como nas regiões classificadas por nível de desenvolvimento socioeconômico⁴. Cabe destacar que o intuito deste texto não é de definir as causas da existência do fenômeno “mulher chefe de família”, mas caracterizá-lo para uma análise futura mais aprofundada.

4 A classificação das regiões de desenvolvimento será apresentada na seção metodológica.

2 METODOLOGIA

O objetivo desta seção é apresentar as fontes utilizadas na análise da chefia feminina nas Minas Gerais, bem como os parâmetros utilizados na classificação das regiões mineiras por níveis de desenvolvimento.

2.1 Nota explicativa sobre a base de dados

Este trabalho utiliza os dados extraídos de um conjunto de 242 Listas Nominativas de Habitantes da Província de Minas Gerais, já utilizadas pelo CEDEPLAR/UFMG em diversos projetos de pesquisa. As Listas, segundo Paiva (1996), são documentos manuscritos, elaborados por distritos de paz, que contêm a relação nominal dos habitantes com algumas características pessoais e domiciliares.

Segundo a autora, estas Listas foram trabalhadas com o objetivo de se manter ao máximo as informações nelas existentes originalmente, procurando-se evitar alterar os dados originais. Dessa forma, as folhas de coletas do CEDEPLAR/UFMG, construídas a partir das Listas, têm as seguintes informações dos documentos manuscritos: data da lista, nome do distrito, número do quarteirão, número do fogo, e para os indivíduos: nome, relação com o chefe, sexo, raça, condição social, idade, situação conjugal, ocupação e nacionalidade (Paiva, 1996). O conjunto das Listas Nominativas de 1831/32 constitui-se como o único conjunto referente à Província mineira em formato digital, possibilitando o fácil acesso a um grande número de informações.

A cobertura destas listas nominativas é de 59% do total de distritos de paz da província de Minas Gerais, abarcando 242 localidades, enquanto diversos autores apontam a existência de 410 distritos nas Minas Gerais. As listas fornecem informação para 413.286 habitantes de um total, estimado por Paiva (1996), de 718.191, representando 56.6% da população da região, no período que vai de 1830 a 1835. Como pode-se ver, há uma simetria da cobertura dos distritos com a cobertura populacional.

Por outro lado, do ponto de vista regional, nota-se uma grande heterogeneidade da cobertura fornecida pelas Listas Nominativas. Segundo Paiva (1996), as melhores coberturas são das regiões Mineradora Central, Central Oeste, Sudoeste e Sertão, onde a percentuais superiores a 70%. As regiões de cobertura média, entre 50% e 70%, são as de Araxá, Médio Baixo Rio das Velhas, Intermediária de Pitangui/Tamanduá, Sudeste, Sul Central, Diamantina e Mineradora Central Leste. Na Região da Mata, o índice fica entre 40% e

50% e nas demais regiões (Vale do Alto Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu e Sertão do Alto São Francisco), os percentuais estão entre 15% e 30%.

O banco de dados totaliza 413.286 registros de pessoas em Minas Gerais em 1831/32, das quais 217.827 eram homens e 195.459 mulheres. Nesta amostra encontramos 63.983 domicílios, dos quais 17.375 eram chefiados por mulheres (27% do total da amostra), os quais constituem o objeto de nossa análise.

2.2 As regiões de desenvolvimento da Província de Minas Gerais

Optou-se por adotar a classificação das regiões por nível de desenvolvimento elaborada por Paiva (1996). Baseando-se nos relatos de nove viajantes estrangeiros que visitaram a Província de Minas Gerais no período que vai de 1808 a 1841, a autora classificou as diversas regiões da província de acordo com os elementos físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos relatados. Desta forma, foram estabelecidas 18 regiões: Extremo Noroeste, Vale do Alto Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste.

Segundo Paiva (1996), trata-se de uma alternativa à adoção de regionalizações contemporâneas para estudos do século XIX, com o intuito de evitar percepções distorcidas dos dados espacializados.

A análise dos relatos dos viajantes juntamente à Relação de Engenheiros e Casas de Negócios de 1836 possibilitou a caracterização da vida econômica mineira, permitindo a observação de níveis de desenvolvimento. Desta análise derivou-se a proposta de identificação de três níveis, os quais se constituíram em categorias analíticas para o estudo das características demográficas regionais. Os três níveis de desenvolvimento foram definidos com base nas características econômicas e sociais regionais, através dos seguintes critérios: estilo de vida, condições de sobrevivência, hábitos de consumo, aspecto das vilas e arraiais, padrão de construção das moradias, nível de produção e comércio (valor e volume aproximado do que é produzido e comercializado) e existência ou não de intermediários (como indicador da capacidade de retenção de riqueza). As atividades de subsistência não foram incluídas, privilegiando-se atividades voltadas para o mercado inter e intra-regional.

O grupo de maior nível de desenvolvimento é composto pelas Regiões Sudeste, Mineradora Central Oeste, Diamantina e Intermediária de Pitangui-Tamanduá. Todas elas foram muito visitadas pelos viajantes, que fornecem um bom nível de informação. Estas apresentavam pelo menos uma atividade de importância provincial e continham a maior parcela do setor produtivo voltada para o mercado. Este grupo constitui o de mais intenso povoamento, contendo a maioria dos arraiais e vilas. Segundo descrições de viajantes estrangeiros, as casas apresentavam um melhor padrão de construção, com a utilização de materiais caros, e seus habitantes tinham hábitos de consumo mais sofisticados. O comércio também era mais diversificado, sendo encontrados, inclusive, estabelecimentos dedicados à venda de produtos de luxo e importados (Paiva, 1996).

O grupo de menor nível de desenvolvimento é formado pelas Regiões Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce. Para as três primeiras o nível de informação é bom e para as três últimas é deficiente. Segundo Paiva (1996), a não informação é o melhor indicativo de baixo nível de desenvolvimento, já que os viajantes dedicavam maior atenção às áreas mais ricas, principalmente aquelas aonde havia atividades voltadas para a exportação. Nenhuma das regiões mencionadas aparece ligada a uma atividade lucrativa que tenha extensão provincial. Mesmo aquelas regiões que se dedicavam a alguma atividade exportadora tinham o comércio intermediado por entrepostos localizados fora da região, não retendo a riqueza produzida. Há várias referências nos relatos a áreas ainda desocupadas e os poucos arraiais existentes caracterizavam-se pela utilização de materiais simples nas construções e pela precariedade da infraestrutura urbana (Paiva, 1996).

Araxá, Sul Central, Vale do Alto Médio São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Mata e Sudoeste compõem o grupo de regiões com médio nível de desenvolvimento. Para as três primeiras há boa qualidade de informações e para as três últimas há deficiência, estando inteiramente ausente para a Região Sudoeste. A heterogeneidade caracteriza este grupo; em algumas regiões o território estava completamente ocupado, enquanto em outras, boa parte era praticamente desabitada. Com relação às atividades econômicas, Araxá combinava pecuária e cultivo de algodão; na Região Sul Central encontrou-se a produção de ouro e fazendas diversificadas; na Região Vale do Alto Médio São Francisco, desenvolveram-se vários tipos de agricultura e pesca, com alguns centros funcionando com entrepostos comerciais; na Mineradora Central Leste foi encontrado o cultivo do algodão na porção norte; a Zona da Mata funcionava como entreposto para o Rio de Janeiro e a Região Médio Baixo Rio das Velhas concentrava atividades ligadas à mineração.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados será feita em duas etapas. Num primeiro momento será analisada a Província de Minas Gerais como um todo, quantificando o número de domicílios chefiados por mulheres e suas características principais. Num segundo momento, serão trabalhados os dados desagregados, procurando identificar possíveis diferenças entre os três níveis de desenvolvimento apresentados anteriormente.

3.1 Minas Gerais

Em Minas Gerais, 1831 e 1832, encontram-se 17.375 domicílios chefiados por mulheres, representado 27,31% do total, como pode ser visto na Tabela 1 que se segue. Esse percentual das Minas Gerais é semelhante ao verificado por Samara (1993), em um estudo comparativo do Brasil, no qual foram observadas as seguintes distribuições de chefia feminina: São Paulo, 29,26% (Censo de 1827), 36,8% (Censo de 1836); Goiás, 17% em 1818; Santiago de Iguape (BA), 33% dos domicílios em 1835. Segundo a autora (1993, p. 50-51):

“Dificuldades econômicas, urbanização incipiente e migração masculina para a abertura de novas áreas de lavoura seriam as maiores razões para explicar a presença feminina nas chefias das famílias.”

Tabela 1

SEXO E CHEFIA DO FOGO POR NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO E TOTAL
MINAS GERAIS – 1831-1832

Níveis de Desenvolvimento	Homem Chefe	Mulher Chefe	Total	Percentual de Chefes
Alto	24744	11496	36240	31,72
Médio	17053	4470	21523	20,77
Baixo	4687	1454	6141	23,68
Total	46512	17471	63983	27,31

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Deste conjunto de mulheres, a maior presença é de pardas com 49,26% seguidas pelas brancas (28,45%) e as crioulas com 16,80%. A participação das demais raças é pouco significativa, totalizando menos que 5%, como pode ser vista na Tabela 2. Esse fenômeno é bem interessante, pois dife-

re da composição racial encontrada por Samara (1989) para a área urbana de São Paulo, onde 65% das mulheres chefes eram brancas, 28% mulatas e 6% pretas. Os dados aqui encontrados confirmam a afirmação de Costa (1998) que sugere em Minas Gerais uma participação maior das negras, crioulas e mulatas.

Tabela 2

MULHERES CHEFES DO FOGO SEGUNDO A RAÇA
MINAS GERAIS – 1831-1832

Raça	Frequência	Porcentagem
Sem informação	66	0,38
Branco	4912	28,45
Preto	353	2,04
Crioulo	2900	16,80
Pardo	8503	49,26
Cabra (misto)	327	1,89
Africanos	126	0,73
Mulato	29	0,17
Índio	11	0,06
outros	36	0,21
Total	17263	100,00

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

No que se refere à condição das mulheres chefes, cabe observar que o próprio formato de confecção das listas nominativas impossibilita observação da composição das famílias escravas. Desta forma, pode-se inferir que todas as mulheres listadas como chefes são livres, o que não elimina a possibilidade de terem existido chefes mulheres nas famílias escravas. Na Tabela 3, apresentamos a condição das chefes.

Tabela 3

MULHERES CHEFES DO FOGO SEGUNDO A CONDIÇÃO
MINAS GERAIS – 1831-1832

Condição	Frequência	Porcentagem
Sem informação	9963	57,71
Livre	5740	33,25
Forro	1560	9,04
Total	17263	100,00

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

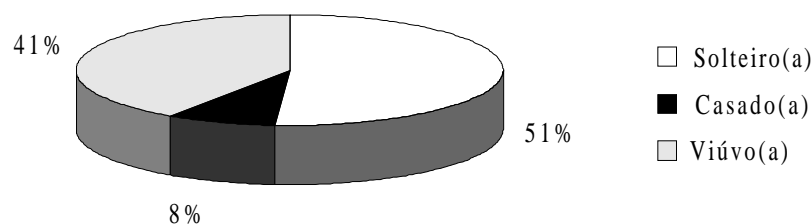
O maior grupo de mulheres, segundo o estado civil, é o de solteiras, com 51%, seguida pelas viúvas, com 41% e depois as casadas com apenas 8%. Este baixo percentual de mulheres casadas pode estar representando esposas cujos maridos migraram em busca de melhores condições de vida para uma região economicamente mais dinâmica, mas que ainda se consideravam ligadas formalmente àqueles. A elevada proporção de solteiras pode estar sendo sobrestimada devido ao grande número de relações consensuais existentes naquele período.

Segundo Samara (1993, p. 53):

“...o índice de solteirismo era bastante alto na cidade e explicável em parte pelas dificuldades econômicas, pelo alto custo do casamento, pela falta de pretendentes e pela morosidade dos processos nupciais. Além disso, os homens se queixavam dos deveres e obrigações que eram impostos pelos casamentos e preferiam viver solteiros ou mesmo concubinados. Esses arranjos familiares alternativos eram bastante costumeiros e provavelmente muitas mulheres recenseadas como chefes de família eram mantidas à distância pelo branco proprietário.”

Gráfico 1

ESTADO CIVIL DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO
PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1831/1832

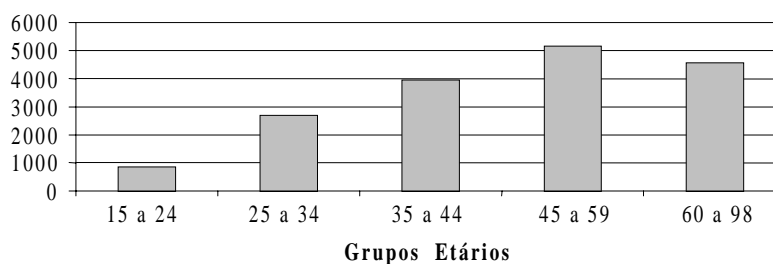


Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Com relação à estrutura etária das mulheres chefes, encontramos uma concentração nas idades mais ativas, que vão de 25 a 59 anos, principalmente de 45 a 59 anos (ver Gráfico 2). Esta composição etária pode estar refletindo a elevada viuvez observada anteriormente.

Gráfico 2

ESTRUTURA ETÁRIA DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO MINAS GERAIS, 1831-1832



Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Nesta época os discursos enfatizavam a divisão dos papéis sexuais, associando a mulher à esfera privada, ao domínio do lar e o homem à esfera pública e ao mundo do trabalho. Os papéis feminino e masculino apareciam claramente distintos e complementares. Ao analisar os dados para a província de Minas Gerais verifica-se, entretanto, que norma e prática sociais nem sempre andam juntas. Em condições adversas as mulheres são muitas vezes levadas a assumir atividades estabelecidas como “masculinas” e ingressar no mercado de trabalho. Segundo Samara (1996, p. 39),

“No Brasil, especialmente no meio urbano, o exercício de papéis informais, improvisados, servem para dissimular a rígida divisão de tarefas e incumbências concebidas no modelo patriarcal de família.”

A maioria das mulheres para as quais consta informação de ocupação dedicava-se à fiação e tecelagem (50,9%), outras atividades têxteis (11,8%) e à agricultura (19,7%). Entretanto, o que mais chama a atenção é a presença significativa de mulheres em atividades consideradas masculinas, principalmente as comerciais (457 mulheres, 3,43%). Há ainda mulheres ocupadas na mineração, tropeirismo, transporte, construção civil, educação, pecuária e saúde, embora em número reduzido.⁵

⁵ Em anexo é apresentada uma tabela que contém a distribuição ocupacional de homens e mulheres (livres) na província. Pode-se verificar a elevada participação das mulheres no mercado de trabalho, inclusive, em atividades consideradas tipicamente masculinas.

Tabela 4MULHERES CHEFES DO FOGO SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE
MINAS GERAIS – 1831-1832

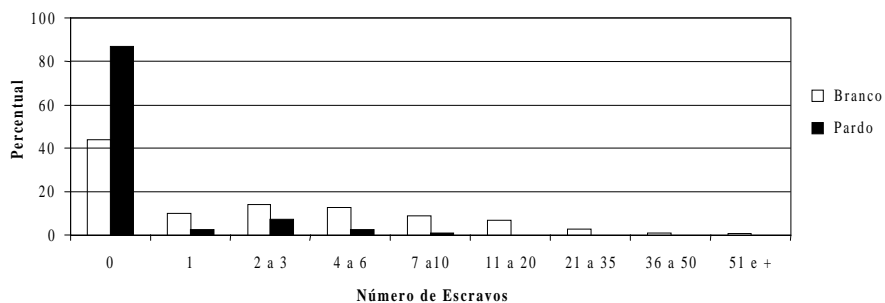
Ramo de Atividade	Frequência	Porcentagem
Fiação e tecelagem	6783	50,90
Agricultural	2625	19,70
Tecidos	1572	11,80
Comércio	457	3,43
Assalariados	420	3,15
Associações	283	2,12
Services domésticos	269	2,02
Mineração	192	1,44
Indigentes	159	1,19
Barro (cerâmica) ¹³⁵	135	1,01
Deficientes, enfermos, idosos	123	0,92
Outras	109	0,82
Pecuária	52	0,39
Saúde	52	0,39
Agroindústria	24	0,18
Sem ocupação	22	0,17
Metais	12	0,09
Educação	10	0,08
Fibras	8	0,06
Tropeirismo	6	0,05
Extratativismo	4	0,03
Igreja	2	0,02
Civis	2	0,02
Couro e peles	2	0,02
Madeira	1	0,01
Transportes	1	0,01
Construção civil	1	0,01
Total	13326	100,00

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Utilizando o número de escravos como uma *proxy* para a riqueza do fogo, constata-se que, apesar de ter-se encontrado um número maior de domicílios chefiados por mulheres de cor parda, estes têm uma situação econômica pior do que a dos fogos chefiados por brancas. Como pode-se ver pelo Gráfico 3, menos de 20% dos fogos chefiados por pardas possuem algum escravo enquanto que os das brancas chegam a 55%.

Gráfico 3

PLANTEL DE ESCRAVOS POR DOMICÍLIO CHEFIADO POR MULHER, SEGUNDO A RAÇA – MINAS GERAIS, 1831/1832



Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

É interessante notar a presença de escravos em domicílios chefiados por Pretas, Crioulas e Africanas mesmo que em um número bastante reduzido, como pode ser visto na Tabela 5 que se segue.

Tabela 5

PLANTEL DE ESCRAVOS EM FOGOS CHEFIADOS POR MULHER, SEGUNDO A RAÇA DA CHEFE – MINAS GERAIS, 1831-1832

Número de escravos	Branco	Preto	Crioulo	Pardo	Cabra	Africanos	Mulato	Índio	Outros	Total
nenhum	2163	307	2751	6907	313	112	27	11	35	12673
1 escravo	481	9	64	505	6	6	1	0	0	1134
2 a 3 escravos	685	25	64	506	2	3	1	0	1	1290
4 a 6 escravos	617	9	16	313	5	4	0	0	0	968
7 a 10 escravos	434	3	5	142	1	1	0	0	0	591
11 a 20 escravos	329	0	0	60	0	0	0	0	0	394
21 a 35 escravos	129	0	0	6	0	0	0	0	0	135
36 a 50 escravos	42	0	0	3	0	0	0	0	0	45
51 ou mais escravos	32	0	0	1	0	0	0	0	0	33
Total	4912	353	2900	8503	327	126	29	11	36	17263

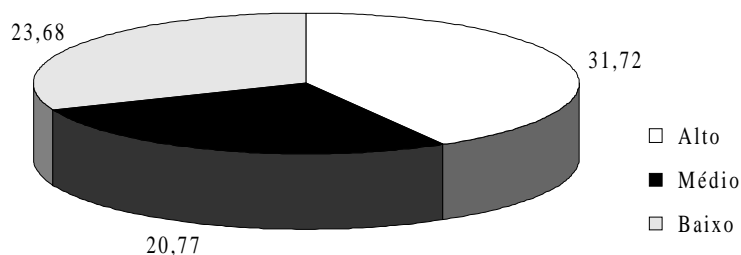
Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

3.2 Análise regionalizada por níveis de desenvolvimento

No Gráfico 4 nota-se que a região de maior desenvolvimento possui um percentual maior de mulheres chefes de fogo representando 32,71% do total de domicílios, um percentual maior que o total da província (27,31%). Já as regiões de baixo e médio nível de desenvolvimento apresentam percentuais de 23,68 e 20,77%, respectivamente.

Gráfico 4

PERCENTUAL DE DOMICÍLIO COM MULHERES CHEFES
POR NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
MINAS GERAIS, 1831/1832



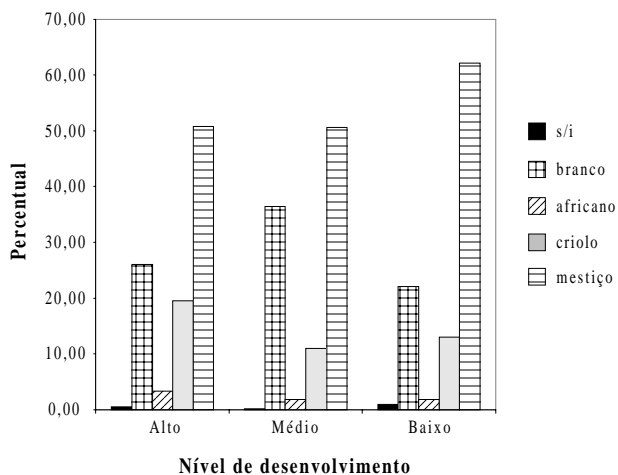
Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Verifica-se que em todas as regiões de desenvolvimento o número de domicílios chefiados por mulher de cor parda (mestiço) é predominante, sendo mais evidente nas menos desenvolvidas. Por outro lado, o maior número de fogos chefiados por brancas localiza-se na região de médio desenvolvimento socioeconômico. Já as pretas e africanas não aparecem em número significativo. Os Gráficos 5 e 6, que se seguem, apresentam a distribuição das mulheres chefes segundo a raça. Como se vê, mesmo após feita a padronização⁶ da composição populacional a distribuição continua praticamente a mesma. Isso indica que não há efeito de composição de cor entre as regiões de desenvolvimento no percentual de mulheres chefes de domicílio.

6 A padronização é uma técnica usada para eliminar o efeito de determinadas características que estejam afetando a comparação, através de medidas resumo, dos níveis de uma variável (ou mais) entre populações diferentes. (Para maiores detalhes ver Carvalho *et.al.*, 1994).

Gráfico 5

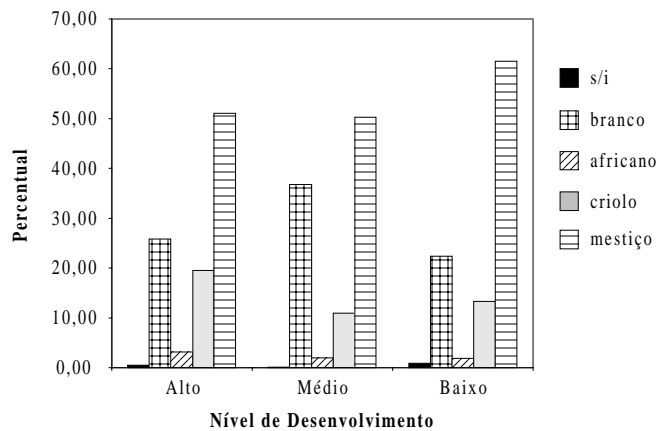
PERCENTUAL DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO, SEGUNDO RAÇA E NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO NAS MINAS GERAIS 1831-1832 (NÃO PADRONIZADO)



Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Gráfico 6

PERCENTUAL DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO, SEGUNDO RAÇA E REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO NAS MINAS GERAIS 1831-1832 (PADRONIZADO)



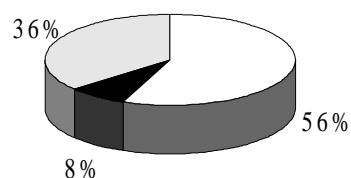
Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Analisando o estado civil das chefes por região, nota-se que, nas mais desenvolvidas predominam as solteiras, enquanto que nas outras duas o maior peso é das viúvas. O ponto em comum de todos os níveis é o pequeno número de mulheres casadas chefiando os fogos (cerca de 10%).

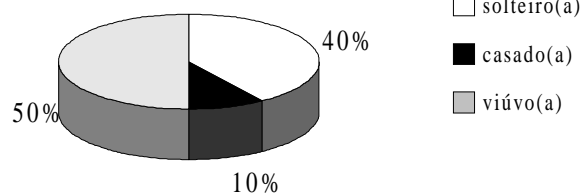
Gráfico 7

ESTADO CIVIL DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO

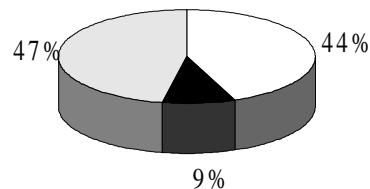
Nível de Desenvolvimento Alto, 1831/32



Nível de Desenvolvimento Médio, 1831/32



Nível de Desenvolvimento Baixo, 1831/32

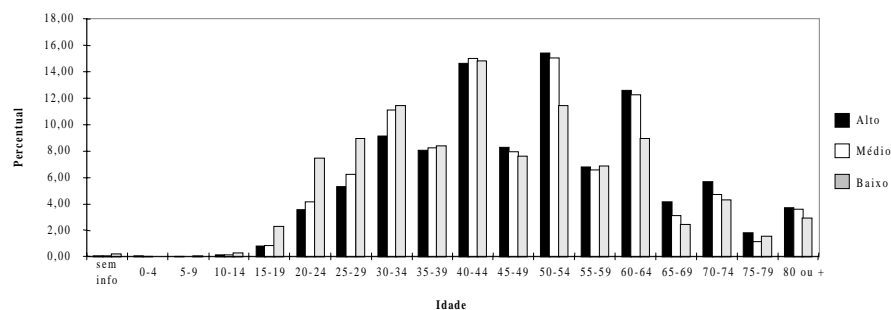


Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

A estrutura etária das mulheres chefes de fogo nas três regiões de desenvolvimento apresenta características diferentes, conforme o Gráfico 7. Nas mais desenvolvidas e nas intermediárias encontramos uma composição etária mais envelhecida, ou seja, há uma participação maior das mulheres acima de 50 anos de idade. Por outro lado, no grupo de menor desenvolvimento, a distribuição etária é mais jovem, com maior peso para aquelas menores de 40 anos.

Gráfico 8

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO,
SEGUNDO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
MINAS GERAIS, 1831/1832



Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

A estrutura ocupacional das mulheres chefes de família, nas regiões de desenvolvimento, é semelhante ao nível observado para a Província, predominando as ocupações consideradas femininas, ligadas às atividades têxteis. Contudo, nota-se algumas pequenas diferenças regionais: as atividades ligadas à agricultura e à pecuária predominam na região de médio desenvolvimento socioeconômico; as atividades comerciais são importantes nas regiões mais desenvolvidas, assim como as assalariadas (ver tabelas em anexo).

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi, a partir dos dados de Minas Gerais de 1831/32, fornecer algumas contribuições para o estudo das diversas composições familiares brasileiras oitocentistas, sem a intenção de analisar as relações familiares do período com seus determinantes socioeconômicos. Dessa forma, optou-se por estudar as mulheres chefes de fogos nesta província no início do século passado, do ponto de vista de sua distribuição etária, estado civil, raça, condição, ocupação e riqueza (dado pelo número de escravos).

Neste estudo, encontrou-se 27% dos domicílios mineiros chefiados por mulheres, os quais estavam distribuídos de forma desigual entre as regiões de desenvolvimento. Na de nível alto, encontramos 32% dos domicílios com mulheres chefes, na média apenas 21% e na de nível mais baixo 27%.

Com relação à cor ou raça das mulheres, é nítida a predominância das pardas, tanto para a província como um todo como para cada região de desenvolvimento. Além disso, a maioria destas mulheres se concentrava nas idades adultas, entre 35 e 59 anos. Todavia, é bom ressaltar, que há diferenças nas composições etárias das regiões: na mais desenvolvida encontramos uma estrutura mais envelhecida, enquanto que na menos predominam as mais jovens.

As mulheres chefes estavam, em sua maioria, ocupadas no setor têxtil e na agricultura (é preciso não esquecer que existe um grande número de mulheres sem informação de ocupação) em toda a província. Contudo, encontrou-se mulheres ocupadas em atividades consideradas predominantemente masculinas, como comércio, mineração e tropeirismo.

Procurando explicações para a elevada porcentagem de mulheres chefiando domicílios na Cidade de São Paulo, em 1936, Kuznesof (citado por Samara, 1989) aponta a instabilidade da população masculina, que deixava a região em busca de melhores condições de trabalho. Samara(1989), argumenta que o fenômeno também pode ser explicado pelas dificuldades de casamento e a “*proliferação de uniões esporádicas*”, informando que mais mulheres viviam com filhos ilegítimos que com homens (Samara, 1989, p. 37). É provável que o fenômeno análogo nas Minas Gerais oitocentistas possa ser explicado pelas mesmas razões, como vários autores já sinalizaram, embora não dispnhamos de informação suficiente para tirar conclusões definitivas.

Assim sendo, é importante a continuidade dos estudos enfocando a questão das mulheres chefes de domicílio visando entender quais fatores podem explicar essa configuração familiar. Um outro ponto de interesse é a discussão sobre o tamanho e a composição destes domicílios com o objetivo de verificar qual o tamanho das famílias, ou seja, se as mulheres eram chefes de pequenas ou grandes unidades.

Este trabalho utilizou somente as Listas Nominativas de 1831/1832 disponíveis no CEDEPLAR/UFMG. Assim sendo, esta linha de pesquisa pode ser ampliada com a incorporação de outras fontes de dados, como por exemplo, os inventários e registros paroquiais.

5 BIBLIOGRAFIA

- ANASTASIA, C. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- CARVALHO, J. A., SAWYER, D. O., RODRIGUES, R. N. *Introdução a alguns básicos e medidas em Demografia*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.
- COSTA, D. As Mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo – 1829. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1998, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.
- FIGUEIREDO, L. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1993.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, J. Distrito Diamantino: o avesso da memória. In: *Varia História*. Belo Horizonte, n. 12, dez. 1993.
- NADER, M. B. Mulheres chefes de domicílio: um velho fenômeno no Brasil de hoje. *Populações*, Boletim do CEDHAL, São Paulo, n. 5, jan.-jul. 1997.
- PAIVA, C. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Universidade de São Paulo, 1996. (Tese).
- SAMARA, E. M. *As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.
- , Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.
- VENÂNCIO, R. Nos limites da Sagrada Família: ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. In: VAINFAS, R. (Org.). *História e Sexualidade no Brasil*, Editora Graal. [s.d.].

ANEXOS

Tabela 6

OCUPAÇÃO DAS CHEFES,
SEGUNDO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO (1831/1832)

Ocupação	Nível de Desenvolvimento			
	1	2	3	Total
sem informação	3137	489	311	3937
101 agricultura	1172	1152	229	2553
102 agroindústria	15	9		24
103 pecuária	20	14	18	52
104 ativ. agrícolas em geral	41	8	23	72
105 associações I	49	14	74	137
201 mineração	179	9	4	192
301 madeira	1			1
302 metais	11		1	12
303 couro e peles	2			2
304 barro (cerâmica)	34	91	10	135
305 fibras	5	3		8
306 tecidos	1016	417	139	1572
307 fiação e tecelagem	4549	1658	576	6783
308 construção civil	1			1
309 outras	15	2		17
310 associações I	43	11	10	64
301 associações II	2			2
401 comércio	322	124	11	457
402 tropeirismo	6			6
501 serviço doméstico	160	86	23	269
601 civis	2			2
603 igreja	1	1		2
701 extrativismo	4			4
702 assalariados	317	91	12	420
704 educação	8	2		10
705 saúde	37	15		52
706 transportes	1			1
707 outras atividades	48	20	24	92
801 deficientes, enfermos, idosos	87	31	5	123
802 indigentes	106	46	7	159
803 sem ocupação	18	1	3	22
900 associações ocupacionais	59	12	9	80
Total	11468	4306	1489	17263

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Tabela 7OCUPAÇÃO RELATIVA DAS CHEFES,
SEGUNDO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO (1831/1832)

Ocupação	Nível de Desenvolvimento		
	1	2	3
sem informação	27,35	11,36	20,89
101 agricultura	10,22	26,75	15,38
102 agroindústria	0,13	0,21	0,00
103 pecuária	0,17	0,33	1,21
104 ativ. agrícolas em geral	0,36	0,19	1,54
105 associações I	0,43	0,33	4,97
201 mineração	1,56	0,21	0,27
301 madeira	0,01	0,00	0,00
302 metais	0,10	0,00	0,07
303 couro e peles	0,02	0,00	0,00
304 barro (cerâmica)	0,30	2,11	0,67
305 fibras	0,04	0,07	0,00
306 tecidos	8,86	9,68	9,34
307 fiação e tecelagem	39,67	38,50	38,68
308 construção civil	0,01	0,00	0,00
309 outras	0,13	0,05	0,00
310 associações I	0,37	0,26	0,67
301 associações II	0,02	0,00	0,00
401 comércio	2,81	2,88	0,74
402 tropeirismo	0,05	0,00	0,00
501 serviço doméstico	1,40	2,00	1,54
601 civis	0,02	0,00	0,00
603 igreja	0,01	0,02	0,00
701 extrativismo	0,03	0,00	0,00
702 assalariados	2,76	2,11	0,81
704 educação	0,07	0,05	0,00
705 saúde	0,32	0,35	0,00
706 transportes	0,01	0,00	0,00
707 outras atividades	0,42	0,46	1,61
801 deficientes, enfermos, idosos	0,76	0,72	0,34
802 indigentes	0,92	1,07	0,47
803 sem ocupação	0,16	0,02	0,20
900 associações ocupacionais	0,51	0,28	0,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.

Tabela 8

OCUPAÇÃO RELATIVA DE HOMENS E MULHERES

Grupos de Ocupação	Homem	Participação (%)	Mulheres	Participação (%)	Total
sem informação	123199	30,23	123184	30,23	246383
101 agricultura	49513	12,15	4634	1,14	54147
102 agroindústria	141	0,03	79	0,02	220
103 pecuária	867	0,21	77	0,02	944
104 ativ. agrícolas em geral	784	0,19	85	0,02	869
105 associações I	945	0,23	217	0,05	1162
106 associações II	20	0,00	5	0,00	25
201 mineração	4860	1,19	459	0,11	5319
202 associações I	2	0,00		0,00	2
301 madeira	3302	0,81	5	0,00	3307
302 metais	2806	0,69	22	0,01	2828
303 couro e peles	2818	0,69	8	0,00	2826
304 barro (cerâmica)	376	0,09	246	0,06	622
305 fibras	62	0,02	28	0,01	90
306 tecidos	2244	0,55	10467	2,57	12711
307 fiação e tecelagem	407	0,10	42677	10,47	43084
308 construção civil	610	0,15	4	0,00	614
309 outras	219	0,05	64	0,02	283
310 associações I	20	0,00	599	0,15	619
301 associações II	4	0,00	87	0,02	91
401 comércio	4526	1,11	675	0,17	5201
402 tropeirismo	1655	0,41	12	0,00	1667
403 associações I	4	0,00		0,00	4
501 serviço doméstico	596	0,15	5120	1,26	5716
601 civis	347	0,09	2	0,00	349
602 militares	218	0,05		0,00	218
603 igreja	488	0,12	3	0,00	491
604 associações I	3	0,00		0,00	3
701 extrativismo	406	0,10	15	0,00	421
702 assalariados	7514	1,84	773	0,19	8287
703 controle do trab. escravo	595	0,15	2	0,00	597
704 educação	1834	0,45	179	0,04	2013
705 saúde	1 70	0,04	86	0,02	256
706 transportes	940	0,23	4	0,00	944
707 outras atividades	955	0,23	268	0,07	1223
708 associações I	2	0,00		0,00	2
709 associações II	7	0,00		0,00	7
801 deficientes, enfermos, idosos	585	0,14	445	0,11	1030
802 indigentes	133	0,03	284	0,07	417
803 sem ocupação	765	0,19	652	0,16	1417
900 associações ocupacionais	907	0,22	196	0,05	1103
Total	215849	52,97	191663	47,03	407512

Fonte: Listas Nominativas de Minas Gerais, 1831 e 1832.